

Memória de um feito militar: a inscrição funerária de Luís Henriques

Destinadas a eternizar uma personagem e a identificar locais de sepultura, as inscrições funerárias fornecem dados biográficos e podem ainda relatar episódios da vida dos sepultados, considerados dignos de memória, que se desejam divulgar. Por esta razão muitas delas são ótimas fontes documentais e, quando cruzadas com outras de natureza manuscrita, permitem reconstituir, com alguma garantia, o *curriculum vitae* dos sepultados.

Gravadas geralmente em pedra, suporte material comumente considerado durável e imutável, este tipo de inscrição, contudo, nem sempre consegue sobreviver ou manter-se em bom estado de conservação, e por outro lado, é esquecido como documento histórico, não atingindo o propósito para o qual foi criado: perpetuar uma memória.

A inscrição funerária de Luís Henriques, localizada na capela de São Brás, na vila do Bombarral, é um caso exemplar, pois não só chegou aos nossos dias em ótimo estado de conservação como serviu de fonte documental durante séculos contribuindo para o enaltecimento da sua linhagem, e constituindo-se como memória local do Concelho, como se demonstrará.

De facto, seja em estudos de natureza histórico-artística e monográfica sobre a vila ou o concelho do Bombarral¹, seja em estudos genealógicos relativos à família “Henriques”², conhecida pelos “Henriques do Bombarral”, esta inscrição é sempre referenciada. Usada como fonte documental, pelo menos desde o século XVII³, o seu texto foi transcrito, com algumas falhas e variantes de leitura e o tipo de letra foi identificado como gótico, de forma simplista. Deste modo, analisaram-se apenas, como então era costume, os

* Dedico este artigo à memória do Prof. Eduardo Borges Nunes, recentemente desaparecido, membro fundador da SPEM, meu mestre a quem agradeço pelos seus ensinamentos e por ter despertado em mim o gosto pela história da escrita.

¹ Cf. *Memórias Paroquiais de 1758*, vol. 7, memória 37, fols. 985-986. Gustavo de Matos Sequeira, *Inventário Artístico de Portugal*, vol. V, Distrito de Leiria, Lisboa, Academia Nacional de Belas Artes, 1955. José António Ferreira de Almeida, *Tesouros Artísticos de Portugal*, Selecções do Reader's Digest, Lisboa, 1976, p. 141. Augusto José Ramos, *Bombarral e seu Concelho (subsídios para a sua história)*, 2ª ed., Bombarral, Grafibom, 1982. WWW. monumentos.pt, 1992. Luís Matos, “Datas que fizeram História” in *Cadernos de História do Bombarral*, II, Grafibom, Bombarral, 1994.

² Cf. Francisco Vergikosk, *Genealogias e Sucessões das Antigas Famílias do Bombarral*, texto policopiado, s. l., s.n., 1986. Nuno e Miguel Gorjão Henriques, *Gorjão Henriques*, vol. I, [Lisboa]: [Edição de Miguel Gorjão-Henriques], 2006.

³ Em 1631 é transcrita pelo cónego Mateus Peixoto Barreto nas *Genealogias Manuscritas* no capítulo referente aos “Henriques do Bombarral”, cf. ANTT/DGARQ, 21 E 25, p. 342. Em 26 de Agosto de 1631, Bartolomeu Soares Henriques, fidalgo da casa de sua magestade, recebe carta de brasão de armas e nela se refere que é “[...] quarto neto por linha masculina e direita de Luis Henriques, fidalgo da casa de El rei D. João I...”, ou seja, cita-se o epitáfio, sem indicação da fonte, como se de um resumo biográfico se tratasse, cf. Nuno e Miguel Gorjão Henriques, *op. cit.* p. 287.

seus elementos externos mas não os internos, hoje imprescindíveis para completar um estudo epigráfico. Na realidade, a análise destes últimos elementos, obtidos a partir das medidas do suporte, do campo epigráfico, dos espaços interlineares, das letras, e de um estudo paleográfico cuidado, permite saber, por exemplo, se a epígrafe foi submetida a uma planificação prévia, qual a cultura do autor da minuta do texto, a data de produção (ainda que aproximada, e por décadas de uma centúria) e, em última análise, identificar práticas de execução que a filiem num centro de produção específico.

A inscrição funerária de Luís Henriques encontra-se no interior da capela de São Brás⁴, hoje situada dentro do cemitério. Está gravada numa lápide de calcário branco num campo epigráfico rebaixado, enquadrado por uma moldura dupla cujos topos e flancos estão tapados por um friso de azulejos seiscentistas, concebido para a emoldurar e integrar na decoração do revestimento azulejar parietal. A lápide está colocada a eixo sobre uma arca tumular de dimensões consideráveis (209x92,5), na parede do lado do Evangelho, a altura demasiado elevada para ser lida com facilidade, e apresenta-se em bom estado de conservação (Fig. 1).



Fig. 1 – Interior da capela de São Brás, localização da lápide e arca tumular

⁴ O actual espaço da capela parece corresponder à capela-mor da antiga matriz da freguesia do Bombarral, que terá ruído no terramoto de 25 de Janeiro de 1531. Esta informação podia ler-se numa inscrição, hoje desaparecida, gravada no arco da capela-mor da igreja de São Salvador do Mundo, que foi construída, no ano de 1548, em substituição daquela, mas noutro local. Cf. *Genealogias Manuscritas*, pp. 340; Jorge Cardoso, *Agiologio Lusitano*, Tomo I, Lisboa, Officina Craesbeekiana, 1652, p. 544; P. António Carvalho Costa, *Corografia Portuguesa*, vol. III, Lisboa, Officina Valentim da Costa Deslandes, 1712, p. 89. Gustavo de Matos Sequeira, *op. cit.* pp. 39-40. José António Ferreira de Almeida, *op. cit.* p. 141. Augusto José Ramos, *op. cit.* p.72. Luís Matos, *op. cit.* pp. 3-4.

A arca tumular com tampa de duas abas, tem uma das faces embebida na parede, e esculpida em relevo na aba frontal uma bandeira e uma cruz processional(?) estilizada, composta por quatro meias luas sugerindo uma cruz, e uma roseta no centro. A haste da cruz é muito longa e assenta numa base prismática⁵ (Fig.2)



Fig. 2 – Aba frontal da tampa da arca tumular e pormenor da composição da cruz

Observando as duas peças, lápide e arca, nota-se que não formam um conjunto homogéneo, indicando que não foram concebidas em simultâneo. A tipologia da arca tumular e respectiva decoração podem datar-se do século XIV, talvez ainda em inícios do XV. Quanto à inscrição, que não é datada, a terminologia e letra remetem-na para finais do século XV ou início do século XVI, como se verá. Não são portanto coevas. Esta dedução é confirmada pelo cónego Mateus Peixoto, nas já referidas *Genealogias Manuscritas*, quando refere: “Este Letreiro pairesse feito em 1508 quando o Monumento se tirou do Adro, para dentro da Igreja”⁶.

Não sabemos onde o autor colheu esta informação mas isto parece significar que não existia nenhuma lápide a identificar o túmulo nem o tumulado junto do “moimento de pedra” de Luis Henriques, que se achava no adro da igreja. Quando a arca foi transferida para o interior do templo talvez tenha sido depositada numa capela e sobre ela se tenha colocado o letreiro formando um conjunto. Mas a destruição do templo pelo terramoto de 1531 levou à

⁵ Esta representação simbólica da cruz não é rara aparecendo tanto em tampas de arcas tumulares como de sepultura, datadas entre os séculos XIII e XIV. Cf. Mário Jorge Barroca, *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, III vol., Porto, Fundação Calouste Gulbenkian- FCT, 2000, ver decoração da inscrição n° 536 (1317) Est. CLXII, n° 2, é a mais idêntica; da inscrição n° 570 (1329) Est. CLXXII n° 2, pp. 1529-1530 e da inscrição n° 631 (1362), Est. CLXXXIX n° 4 e 5. E no II vol. a da inscrição n° 391 (1278) Est. CXVIII n° 1.

⁶ Cf. *op. cit.* p. 342, e Matos, *op. cit.* na contra-capá.

construção da actual capela⁷, e “este conjunto” que seria já celebre na região, teve de ser adaptado ao novo local, decerto menos espaçoso, o que explica o facto da arca se encontrar a dificultar a circulação na zona lateral esquerda e conseqüentemente a entrada para a sacristia, e a lápide ter sido colocado a uma altura exagerada.

A inscrição

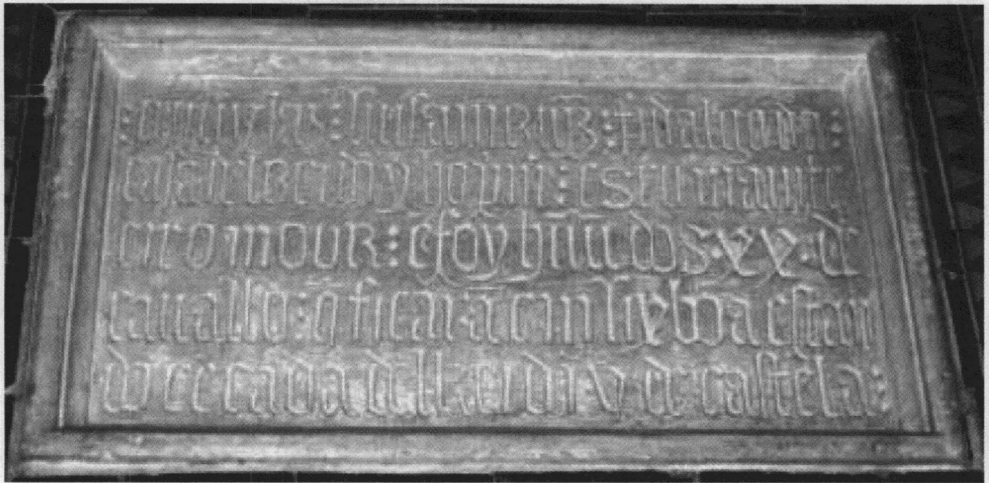


Fig. 3 – Pormenor da lápide e inscrição funerária de Luis Henriques

Leitura: aquy Jaz: luis amRiq(ue)z : fidalgo da : / casa d’el Rei do(m) yº(ham) ho p(ri)m(eir)º: e Seu mamte-/eiro mooR : e foy huu(m) dos ·XX· de / cauallo : q(ue) ficara(m) em lixboa estan-/ do ce(r)cada d’el Rei do(m) yº(ham) de castela :

Os vários autores que se debruçaram sobre esta inscrição estavam interessados em divulgar o seu conteúdo, não se preocupando portanto com a fidelidade da transcrição relativamente ao texto original. Alguns nem seguem o texto palavra a palavra como fez o cura Sebastião Garcia, encarregue de escrever a memória relativa ao Bombarral em 1785. Para fornecerem ao leitor uma versão acessível modernizaram a leitura, chegando alguns a introduzir termos que não constam da inscrição, o que não deixa de ser contraditório. Por exemplo, leram sempre “Henriques” em vez de “Amriquez”, desdobraram as abreviaturas do texto original mas utilizaram outras, como fez o cónego Mateus Peixoto, quando usou “Fidº” para “fidalgo” e “lx^a” para “Lisboa”,

⁷ A data da sua edificação não é conhecida com garantia, sendo apontado o século XVI como o mais provável. Note-se que na fachada lateral Norte se encontra embutido um fragmento de decoração, talvez pertencente a um frontal de arca tumular, representando um encasamento de arcos em ferradura, típicos da arte mudéjar, do século XV ou XVI, proveniente decerto da antiga igreja quatrocentista. À Dr.ª Lina Oliveira, especialista em arte manuelina e mudéjar agradeço as informações de carácter artístico sobre esta peça.

quando estas palavras se encontram por extenso na inscrição. Também incorreram em erros, especialmente na interpretação da palavra “manteeiro” lida frequentemente como “monteiro”. Mas a transcrição mais espantosa é a do autor anónimo das *Memórias Históricas*, redigidas no século XIX, por quase não corresponder ao texto original.

Sendo esta a primeira vez que se transcreve a inscrição segundo as regras usuais num estudo desta natureza, apresenta-se a lista dos autores e os respectivos erros, não contemplando os cambiantes ortográficos:

Peixoto, 1631, p. 342, leu “do rei” por “d’el rei”, “1” por “o primeiro”, “seu” em vez de “e seu”, “monteiro” por “manteeiro”, omite “e foi”, e lê “pelo rei” em vez de “d’el rei”.

Memórias Paroquiais de 1785, memória 37, fol. 985: “... Luis Henriques, fidalgo da sua casa seu manteeyro mor, e hum dos vinte de cavalo, que ficarão em Lisboa no sitio, que padeseo naquele tempo, e este character se lhe lê na sua autorizada sepultura.”

Memórias Históricas..., [Século XIX], 2001, p. 212 “Aqui jaz Luís Gorjão”, um dos vinte e quatro cavaleiros que defenderam a entrada do castelo de Lisboa dos Mouros no tempo de D. Afonso Henriques”.

Sequeira, 1955, p. 40, leu “D. João I” em vez de “dom João o primeiro”, “monteiro” por “manteeiro”, “estando esta cercada por” em vez de “estando cercada d’el”, “D. João I de Castela” em vez “D. João de Castela”.

Ramos, 1982, p.51, segue a lição de Gustavo de Matos Sequeira.

Vergikosk, 1986, § 1, N^o1, lê “casa real do rei” em vez de “casa d’el Rei”, “D. João 1” em vez de “dom João o primeiro”, omite o termo “foi”, lendo “e um dos” em vez de “e foi um dos”, “vinte a cavalo” em vez de “vinte de cavalo”, e acrescenta o termo “esta” lendo “estando esta cercada” em vez de “estando cercada”, chama no entanto a atenção para a forma correcta do termo “manteeiro” em detrimento de “monteiro” dando explicação do seu significado.

www.monumentos.pt, 1992, segue a leitura de Vergikosk, excepto na parte final por ler “D. João I de Castela” em vez de “D. João de Castela”.

Matos, 1994, na contra-capa, onde faz a legenda do desenho apresentado na capa, segue a lição de Vergikosk.

Gorjão Henriques, 2006, p. 288, seguem a lição de Sequeira e Ramos.

Medidas da inscrição


Dimensões: totais: 40,5x70,5x1,5; campo epigráfico: 32,5x60; moldura: 5.



Altura das letras: minúsculas: corpo: 4/4,5; sobrescritas: 1/1,5; hastes ascendentes: 5,5/6(f=7); descendentes: 5/5,5(s longo=6); maiúsculas: J=6; R= 4,5; S=4.


Espaços interlineares: 1: 2; 2 a 5: 1,5; 6:1.

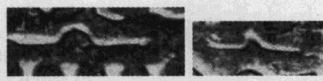
A regularidade da medida das letras e dos espaços interlineares prova

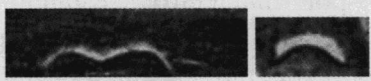
que a inscrição foi submetida a uma pré-elaboração, pois o texto está bem distribuído pelo campo epigráfico, havendo simetria nos eixos laterais. Linhas auxiliares devem ter sido delineadas para regular a altura das letras, cujos sulcos não são muito profundos.

O ponto de separação, composto por três losangos dispostos verticalmente , cuja função habitual no texto é auxiliar a legibilidade do mesmo uma vez que individualiza as palavras é aqui utilizado de um modo pouco usual. Marca o início e final do texto e em vez de separar as palavras divide-o em frases. Na elaboração da inscrição o paginador programou nexos para

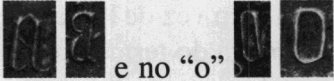

unir certas letras com traços comuns casos do “de” , “do”  e “bo”


, prática habitual que permite poupar algum espaço no suporte. O sinal de abreviatura de significação geral apresenta-se com quatro figuras distintas:

duas delas caligráficas e tipicamente medievais , as





outras duas mais cursivas e modernas .

A letra gravada é uma gótica minúscula de tipo caligráfico com figuras que oscilam entre o fracturado e o arredondado⁸, ou seja entre formas da letra textual e da rotunda, como se pode verificar, por exemplo, no “a”




 e no “o” . As hastes ascendentes e descendentes da maioria das letras são também de dois géneros ou com bifurcação prolongada para o

espaço interlinear ou sem ela, visíveis, por exemplo, no “l” , no “f”

, e no “y” .


As formas maiúsculas usadas inspiram-se nas das iniciais dos códices caso do “S”  e do “R”  ou são simples maiúsculas como o “J”  e o “R” .


⁸ Para uma melhor classificação desta letra é necessário esperar por um estudo epigráfico e paleográfico mais abrangente que venho a efectuar de algum tempo a esta parte.


O sistema braquigráfico medieval continua a ser usado como comprovam as abreviaturas das sílabas “er”  e “ri” , ligada ao “p”, na abreviatura de “primeiro” .

A análise paleográfica revela a cultura do autor da minuta do texto, que era certamente um homem ligado à produção de códices. A influência dessa cultura manuscrita é notória na primeira linha da inscrição onde as hastes das letras se prolongam para a zona superior da regra por meio de ornamentos compostos de laçarias, preenchendo e decorando esse espaço, de que as palavras

“fidalgo da” são exemplo , e na utilização de duas plicas com

função de relevo visual sobre o “i” de “luís” , na primeira linha, com o objectivo de não ser confundido com uma perna do “m”, e em “manteeiro”

 para não se confundir o “i” com o primeiro traço do “r”; e ainda na colocação de um ponto antes e depois da numeração, neste caso romana, “xx”

 para a destacar do texto, prática frequente nos códices e nos documentos manuscritos.

O texto epigráfico reproduz a frase “vinte de cavalo”, expressão utilizada por Fernão Lopes, no capítulo 140 da *Crónica de D. João I*⁹, quando menciona os diminutos efectivos militares de que dispunha a cidade de Lisboa durante o cerco posto à capital do reino por D. João I de Castela, em 1384. O texto da *Crónica* indica que “[...] mantendo se a Cidade o melhor, que podia, não eram em ella estonce(*sic*) mais que vinte de caualo [...]”¹⁰, identificando um deles como Luís Henriques¹¹. Assim, o autor da minuta do texto pode ter escolhido essa frase por a mesma ainda andar na tradição oral dos seus descendentes, ou pode tê-la copiado da própria crónica, não esquecer que era homem familiarizado com a produção de códices.

Este feito foi de tal forma notável para a história do cerco de Lisboa, e consequentemente para a vitória da causa do Mestre que, passados cinquenta

⁹ Cf. Fernão Lopes, *Crónica de D. João I, Parte I*, Lisboa, António Alvarez impressor, 1644, p. 256.

¹⁰ *Idem, ibidem*, p. 257.

¹¹ Fernão Lopes, *op. cit.* p. 257.

e tal anos sobre o mesmo, é lembrado e relatado não se esquecendo o cronista de registrar o nome de alguns dos seus intervenientes¹². Aliás, no início da *Crónica* Fernão Lopes faz questão de sublinhar que “[...] em começo de seus boões feitos, o Meestre ouve fidalgos e çidadaãos que o bem e leallmente servirom, poemdo os corpos e vidas por homrra do rreino, imjuria nos parece que lhe foi feita, leixa-llos cahir em perpetuu esqueçimento”¹³. E por ser um desses fiéis servidores do Mestre, Luís Henriques, ficou incluído nos que “em seus grandes e virtuosos trabalhos, ouverom quinhom d’alguũa rrenembrança que soamente ficasse em scripto”¹⁴.

Em 1384, D. João, ainda Mestre e defensor do reino, premiou Luís Henriques, a quem intitula de “meu escudeiro”, com “todo-llos beens mouees e de raiz que pêro estevez do Bombarral ha em obidos e seu termo e em qualquer outra parte destes regnos o qual os perdeo por seer em consentimento de darem a dicta villa a el rrey de castella e cet. [dada] em lixboa primeiro dia d’abril de mjL iiij c xxij anos” (= era de 1422= ano de 1384)¹⁵.

Luis Henriques ocupou depois o cargo de manteeiro-mor, ainda que na pesquisa efectuada nos livros da Chancelaria de D. João I, não se tenha encontrado a carta de doação desse ofício¹⁶. Manteeiro era o funcionário encarregue da guarda dos mantéis, ou seja, da roupa de mesa da casa real.

O formulário da inscrição é o habitual, iniciando com a expressão “aqui jaz”, seguida do nome do defunto, do seu estatuto social, do ofício, e do feito militar que o distinguiu e contribuiu para a sua ascensão social. Não se menciona, contudo, a data do falecimento de Luís Henriques, pormenor indicativo de que a inscrição foi executada numa época bastante posterior à sua morte¹⁷, talvez por isso essa data já não fosse conhecida, remetendo-a mais uma vez para finais do século XV ou inícios do XVI, talvez para o ano de 1508, como apontou o cónego Mateus Peixoto¹⁸. Luís Henriques terá nascido cerca de 1360 e morrido por volta de 1425/30¹⁹. Estas últimas datas coincidem grosso modo com a decoração da sua arca tumular, ainda que antiquada para o primeiro quartel do século XV²⁰, mas não com o termo fidalgo, usado para

¹² Partindo do princípio de que a primeira parte da crónica estava concluída na década de 1440. Cf. Teresa Amado, “Os textos historiográficos. Fernão Lopes”, *História da Literatura Portuguesa. Das Origens ao Cancioneiro Geral*, 1, Lisboa, Publicações Alfa, 2001, pp. 446 e 449.

¹³ Correia de Oliveira e Saavedra Machado, *Textos Portugueses Medievais*, 2ª ed., Coimbra, Coimbra Editora, 1967, p. 579.

¹⁴ *Idem, ibidem*, p. 579.

¹⁵ ANTT/DGARQ, *Chancelaria de D. João I*, L.º 1, fol. 17.

¹⁶ Este cargo é raro, daí resultou, decerto, a sua confusão com o de “Monteiro”, mais usual. Encontrou-se, por exemplo, a carta de doação do cargo de manteeiro dada por D. João III, em 5 de Junho de 1543, a Simão Nunes de Carvalho, fidalgo da casa do rei, e genro do anterior manteeiro, Francisco Lopes. ANTT/DGARQ, *Chancelaria de D. João III*, L.º 56, fl. 244.

¹⁷ Note-se que, salvo algumas excepções, a maioria das inscrições funerárias eram mandadas executar depois da morte dos defuntos pelos seus testamenteiros ou descendentes.

¹⁸ *op. cit.*, p. 342.

¹⁹ Gorjão Henriques, *op. cit.*, capítulo III, p. 287. Ramos *op. cit.*, p. 52.

²⁰ Ver nota 5.

o caracterizar socialmente, e que se vulgarizou um pouco mais tarde, na segunda metade do séc. XV. Este pormenor remete a elaboração da inscrição uma vez mais para uma época posterior à arca tumular, o que também é confirmado pelo tipo de letra gótica utilizada que é idêntica à dos códices datados de finais do século XV e princípios do XVI.

A sua encomenda insere-se nitidamente numa política de propaganda dos “Henriques do Bombarral” que aí se estabeleceram devido às doações feitas por D. João I a Luís Henriques, primeiro representante desta linhagem, cujo patronímico se transformou em apelido²¹ e os seus descendentes conservaram até aos dias de hoje. Esta família impôs-se a partir do século XV numa zona dominada por granjas pertencentes ao Mosteiro de Alcobaça, e a pouco e pouco foi dominando a região²². Os seus membros foram escudeiros, vassallos, monteiros-mores das matas de Óbidos, instituíram capelas nas principais igrejas dessa vila, sendo provedores de algumas delas, proprietários de terras e até de “uma casa grande”, a denominada *Casa da Coutada* que conservava o nome de paço, por D. João I ter, segundo a tradição, aí pernoitado por várias vezes²³. Em 1631, como já se referiu, um dos membros desta linhagem obteve carta de brasão de armas de “Henriques”, ainda que o cónego Mateus Peixoto, se insurja contra esta doação afirmando que “Estes Henriques do Bombarral, ainda que sejam antigos, com descendência continuada desde o tempo do Rey D. João 1º, e já desde então com princípios illustres, contudo não têm extracção de sangue dos Henriques do conde de Gijón, e assim lhes não pertencem as armas dos Henriques seus descendentes, sem embargo ... em que se lhes darão as armas dos outros, o que procede da ignorância de alguns Reis de Armas, que sem averiguação do verdadeiro tronco de que procedem os que pretendem, dão muitas vezes as Armas de huns a outros, que não têm sangue daqueles...”²⁴

E, em 1758, esta família é já tão importante no Bombarral que o cura Sebastião Garcia nas *Memórias Paroquiais* refere que da família Henriques “se tem distinguido muitos no serviço de sua magestade principalmente na Índia; e actualmente Luís Henriques da Motta e Mello, depois de servir com grande honra e valor naquele estado até o posto de General de Bardes, se

²¹ Em finais do século XV os patronímicos começam a virar apelido sendo este portanto um caso ilustrativo dessa evolução onomástica.

²² Para uma melhor compreensão da evolução desta região e respectiva vila no período medieval consulte-se o artigo de Manuela Santos Silva, “Terras do Bombarral no Concelho Medieval de Óbidos” in *Cadernos de História Medieval do Bombarral*, nº 2, Bombarral, Câmara Municipal do Bombarral, 1997, pp. 6-11.

²³ Esta casa tinha na fachada uma inscrição, infelizmente hoje desaparecida, cujo teor era o seguinte: “Esta casa que sempre conservou o nome de Paço por ser habitada pelo senhor rei D. João I e doada no dia 1 de Abril de 1422 com sua coutada e mais pertences a Luís Henriques, seu vassallo e fidalgo de sua casa para ele e seus descendentes, foi, depois confirmada pelo senhor D. João III em 19 de Novembro de 1533 com todas as cercas das ditas facultades reaes, se acha em morgado, foi reedificada por seu descendente o desembargador António Freire de Andrade Henriques, fidalgo da Casa Real e do Conselho Ultramarino, em o ano de 1751” cf. Ramos, *op. cit.* p. 47.

²⁴ *Genealogias Manuscritas*, pp. 341-342.

acha capitão general das Ilhas do Príncipe, e Santo Tomé, e António Freire de Andrade Henriques, seu irmão, no emprego de deputado do Conselho do Ultramar depois de chanceler nos estados da Índia²⁵.

Penso não haver dúvidas de que esta inscrição cumpriu o seu principal objectivo que foi o de publicitar uma mensagem, e fazê-la perdurar no tempo servindo como fonte documental aos diversos autores que se têm debruçado sobre a história do Bombarral e a família “Henriques”, que não se pode dissociar desta vila, nem do seu concelho, por ter contribuído para o seu desenvolvimento e a ter, de certa forma dignificado. Por último, parece-me que, neste caso particular, a informação epigráfica suplantou a paleográfica, uma vez que a maioria dos autores usa e refere a informação contida na inscrição e não a registada na crónica, provando, que na realidade, os documentos escritos em pergaminho ou papel permanecem no foro privado, enquanto que os escritos em pedra são essencialmente visuais e, como tal, destinados a um público mais abrangente, cumprindo o seu papel propagandístico.

²⁵ Cf. *op. cit.*, memória, 37, fol. 986.